

ESTIGMATIZAÇÃO, DOMINAÇÃO SIMBÓLICA E IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL: ENTRE O PROCESSO CIVILIZADOR E A EXCLUSÃO ESTRUTURAL

 <https://doi.org/10.56238/sevened2025.011-039>

Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma

Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas no curso de Direito e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados, bolsista da FAPEC

Heloisa Helena de Almeida Portugal

Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas no curso de Direito, Doutora em Direito pela PUC, bolsista FAPEC

Cassiano Buzo Barbosa

Graduando em Direito, atualmente no sétimo semestre pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL), sou Bolsista de Iniciação Científica do CNPq

RESUMO

O artigo analisa os fundamentos históricos, estruturais e simbólicos da exclusão racial no Brasil, com foco nos mecanismos de estigmatização e dominação simbólica que incidem sobre a população negra. A pesquisa parte da premissa de que o racismo estrutural se sustenta não apenas em desigualdades materiais, mas também em dispositivos discursivos e institucionais que naturalizam a inferioridade de determinados grupos. A partir de uma abordagem interdisciplinar, o estudo investiga como tais mecanismos afetam a construção da identidade negra, a distribuição do reconhecimento social e o acesso à cidadania plena. Os resultados apontam que o racismo opera tanto nas estruturas formais quanto nas práticas cotidianas, sendo fundamental compreender seus aspectos simbólicos para o enfrentamento das desigualdades raciais. O artigo contribui para o debate acadêmico e político sobre justiça racial, oferecendo subsídios teóricos para a formulação de ações afirmativas e políticas públicas mais eficazes.

Palavras-chave: Racismo estrutural. Dominação simbólica. Estigmatização. Identidade negra. Exclusão racial.

1 INTRODUÇÃO

A formação social brasileira foi marcada por processos históricos que instituíram e naturalizaram desigualdades raciais profundas. Desde o período colonial até os dias atuais, diferentes formas de exclusão da população negra e indígena moldaram estruturas institucionais, relações sociais e práticas culturais. A escravidão, a posterior negação de políticas de integração no pós-abolição e a permanência de discursos de inferiorização racial constituíram alicerces de um sistema que, mesmo transformado ao longo do tempo, ainda se sustenta em hierarquias racializadas de pertencimento, reconhecimento e cidadania.

No contexto contemporâneo, a desigualdade racial se manifesta de modo estrutural, reproduzida por instituições, normas e representações que operam muitas vezes de forma velada e difusa. Elementos como a negação da existência do racismo, a valorização seletiva da mestiçagem e a naturalização da desigualdade contribuem para a manutenção do status quo e dificultam o enfrentamento do problema em sua complexidade. Essa realidade evidencia a necessidade de examinar as formas simbólicas de dominação que sustentam a exclusão racial, operando sobre a subjetividade, o imaginário coletivo e os padrões sociais de legitimação.

Este artigo parte da premissa de que a estigmatização racial não é apenas um reflexo de desigualdades materiais, mas um fenômeno que se reproduz por meio de discursos, valores e práticas que atribuem sentidos específicos à identidade negra e a posicionam em lugares historicamente subalternizados. O objetivo geral da pesquisa é analisar como essas dinâmicas de dominação simbólica influenciam a construção da identidade negra, o acesso à cidadania e a permanência de fronteiras raciais no Brasil. A investigação adota uma abordagem interdisciplinar, considerando aspectos históricos, culturais, sociais e políticos que articulam exclusão, pertencimento e reconhecimento.

A relevância deste estudo reside na urgência de compreender os mecanismos que mantêm e atualizam a desigualdade racial no Brasil, indo além das abordagens centradas exclusivamente em indicadores econômicos ou jurídicos. Ao abordar os dispositivos simbólicos que sustentam o racismo estrutural, pretende-se contribuir para o debate acadêmico e político sobre justiça racial, fornecendo elementos para a elaboração de políticas públicas, práticas institucionais e ações sociais comprometidas com a equidade e com o reconhecimento da diversidade como valor fundante da democracia.

2 DIVERSIDADE POPULACIONAL: INCLUSÃO E EXCLUSÃO RACIAL NO BRASIL

A constituição histórica da população brasileira está profundamente marcada pelo processo de colonização, iniciado no século XVI, que impôs aos povos indígenas e aos africanos escravizados um modelo de civilidade eurocêntrico, fundado na dominação, no silenciamento e na subalternização cultural. O contato forçado entre europeus, indígenas e africanos resultou em uma sociedade

miscigenada, mas hierarquicamente estruturada, na qual os processos de exclusão racial foram naturalizados e institucionalizados.

A análise de Rafael de Abreu e Souza (2024) sobre a explosão da Ilha do Braço Forte, no Rio de Janeiro, em 1954, oferece uma perspectiva micro-histórica valiosa para a arqueologia do racismo à brasileira. Ao focar na trajetória de Antônio Luiz Aguapio, um guarda portuário negro, Souza conecta ruínas, criminalização e destruição, ilustrando como o racismo, o capitalismo e os excessos materiais da modernidade se entrelaçam na história do Brasil.

Essa abordagem arqueológica negra, como propõe o autor, é um letramento racial que integra a sociologia ambiental, a antropologia e a história social sob perspectivas ancestrais.

A escravidão, sustentada por mais de três séculos de tráfico negreiro, consolidou um sistema no qual a população negra foi tratada como mercadoria e privada de qualquer direito fundamental. Como destacam Siqueira e Atique a população negra, em razão do tráfico negreiro, gerador do processo de escravidão, não teve as mesmas oportunidades sociais que os sujeitos declarados brancos. Reduzidos a “objeto/animais de subserviência”, os negros foram marcados por estigmas de inferioridade que resistem até os dias atuais.

Diego Nascimento De Oliveira et al. (2024), em seu estudo, abordam o impacto do racismo estrutural nas oportunidades de educação e trabalho para minorias raciais no Brasil, com foco nas populações negra e indígena. Eles argumentam que o racismo estrutural se manifesta através de normas e práticas institucionais que, intencionalmente ou não, perpetuam a desigualdade e a exclusão desses grupos em diversas esferas sociais. A pesquisa de Oliveira e colaboradores reforça a necessidade de ações conjuntas para enfrentar o racismo e promover a justiça social.

Essa herança escravocrata deixou marcas profundas na estrutura social brasileira. O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir formalmente a escravidão, e o fez sem assegurar qualquer forma de reparação ou integração à população negra. Em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, os milhões de libertos foram lançados à própria sorte, sem acesso à terra, educação, moradia ou trabalho digno.

A ausência de políticas de inclusão após a abolição consolidou um processo de marginalização estrutural. Moraes (2013, p.24) destaca que “em 1889, apenas um ano após a Abolição, os trabalhadores negros e pardos eram afastados da competição ‘objetiva’ de mercado”, sendo sistematicamente preteridos em favor de imigrantes europeus, que passaram a ser incentivados pelas políticas estatais de povoamento.

A política de imigração, especialmente na região Sudeste, é apontada como uma estratégia deliberada de embranquecimento da população. Inspirada por ideologias eugenistas e sustentada por teses pseudocientíficas do século XIX, essa política objetivava “aperfeiçoar” a composição étnica nacional por meio da miscigenação seletiva.

A política de imigração, especialmente na região Sudeste, é apontada como uma estratégia deliberada de embranquecimento da população. Inspirada por ideologias eugenistas e sustentada por teses pseudocientíficas do século XIX, como as defendidas por João Batista de Lacerda e Oliveira Vianna, essa política objetivava “aperfeiçoar” a composição étnica nacional por meio da miscigenação seletiva.

Essa perspectiva também foi compartilhada por outros intelectuais da época. Nina Rodrigues (2010), em sua obra "Os Africanos no Brasil", publicada originalmente no início do século XX e republicada posteriormente, dedicou parte de sua análise às teorias raciais vigentes e à crença na superioridade da raça branca.

Embora o foco principal do livro seja a cultura e as características dos africanos e seus descendentes no Brasil, a obra reflete o contexto intelectual da época, marcado pela influência do pensamento eugenista e pela busca pelo branqueamento da população.

Florestan Fernandes (1972), em uma análise crítica posterior, demonstra como essa política de embranquecimento e a ideologia da democracia racial contribuíram para a manutenção de profundas desigualdades raciais na sociedade brasileira, mesmo após a abolição da escravidão. Para Fernandes, a integração do negro na sociedade de classes foi marcada por obstáculos estruturais que têm raízes históricas nesse projeto de nação.

Fernanda Telles Márques (2022), em seu artigo, explora a interface entre uma etnografia da violência escolar e o racismo estrutural brasileiro. A autora argumenta que a violência vivenciada no ambiente escolar por jovens negros muitas vezes reflete e é alimentada por um racismo que está enraizado nas estruturas da sociedade.

A etnografia de Márques revela como o racismo se manifesta "à flor da pele" no cotidiano escolar, impactando as experiências e trajetórias dos estudantes negros. Paralelamente, construiu-se o mito da democracia racial, que passou a difundir a ideia de uma convivência harmônica entre as diferentes raças no Brasil.

Essa narrativa, no entanto, serviu para camuflar o racismo institucionalizado e inviabilizar a formulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais. Conforme Casseb (2010), esse processo reforçou uma pseudodemocracia, sustentada por cordialidade superficial, mas marcada pela exclusão sistemática da população negra. A “identidade mestiça” foi promovida como signo cultural nacional, apagando simbolicamente a identidade negra e negando sua historicidade, sua dor e sua resistência.

Roberta Gondim de Oliveira et al. (2020) analisaram as desigualdades raciais e a forma como a pandemia de COVID-19 impactou de maneira desproporcional a população negra no Brasil.

Os autores argumentam que os marcadores sociais das diferenças no Brasil estão profundamente ligados à demarcação racial, sobre a qual atuam dinâmicas e processos político-sociais

fundados no racismo estrutural. A análise de Oliveira e colaboradores demonstra como o racismo estrutural contribuiu para a maior vulnerabilidade e mortalidade da população negra durante a pandemia.

Mesmo após a abolição, a população negra permaneceu submetida a condições de extrema vulnerabilidade social. A ausência de políticas públicas voltadas à reparação histórica resultou na consolidação de um ciclo contínuo de exclusão e marginalização, refletido em todos os indicadores sociais.

O “cárcere racial” ao qual os negros foram impelidos os afastou da escolarização formal, do mercado de trabalho qualificado, da moradia digna, da mobilidade social e dos espaços de poder institucional. Essa exclusão histórica não apenas os privou de bens materiais, mas também de reconhecimento simbólico, subjetividade e pertencimento.

Jeferson Bacelar (2004), em sua resenha do livro "Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil" de Livio Sansone, discute as complexas relações raciais e culturais no país.

A análise de Bacelar sobre a obra de Sansone oferece insights sobre a construção da identidade negra no Brasil e como as dinâmicas locais e globais influenciam essa construção. A resenha destaca a importância de compreender a negritude para além de categorias étnicas fixas.

Esse cenário revela que o racismo não é um resquício do passado, mas sim uma estrutura persistente que opera na reprodução cotidiana das desigualdades. O racismo estrutural não se reduz a atos individuais de preconceito: ele se manifesta em normas, práticas e discursos que, mesmo quando aparentemente neutros, perpetuam a exclusão de minorias raciais.

Trata-se de um sistema que define quem tem acesso a oportunidades, cujos valores estão enraizados nas instituições e sustentados pela reprodução cultural e simbólica da hierarquia racial.

A noção de “contrato racial”, proposta por Charles Mills, contribui para compreender como as sociedades ocidentais foram historicamente constituídas a partir de um pacto implícito que privilegia pessoas brancas e legitima a desigualdade. Esse contrato se manifesta na distribuição desigual de bens, no controle dos meios de produção, no monopólio da representação política e na construção de imaginários que perpetuam o negro como o “outro” social.

Nas escolas, nos tribunais, nos hospitais e nas mídias, o racismo estrutural se atualiza em mecanismos sutis e persistentes que limitam o reconhecimento e o acesso à cidadania plena.

No mercado de trabalho, ele opera em múltiplas camadas: desde a dificuldade de acesso a empregos formais e posições de liderança, até a disparidade salarial e a sobrecarga em ocupações precarizadas.

No sistema educacional, ele se traduz em ausência de representatividade, na evasão escolar de estudantes negros e em práticas institucionais que normalizam agressões simbólicas. Até mesmo no

campo da saúde pública, o racismo se revela por meio de desigualdades no acesso, na atenção e nos desfechos.

A pandemia de COVID-19 escancarou esse abismo ao registrar maiores taxas de mortalidade entre a população negra — reflexo direto das desigualdades históricas e da negligência estatal (Oliveira et al., 2020). A própria ausência de dados raciais nos sistemas de informação revela a persistência de um racismo institucional que inviabiliza diagnósticos e políticas assertivas.

As raízes históricas do racismo no Brasil, fincadas na colonização, na escravidão e na omissão do Estado, permanecem ativas por meio de mecanismos estruturais que atualizam e sustentam a desigualdade racial nas instituições, nas normas sociais e nas práticas cotidianas (Souza, 2024).

Esses mecanismos não apenas produzem exclusão material, mas também operam no plano simbólico, moldando percepções, comportamentos e expectativas sociais. Reconhecer a complexidade histórica e estrutural do racismo é uma exigência ética e política para o enfrentamento de suas múltiplas formas de manifestação (Oliveira et al., 2024).

A superação desse modelo exige o desmonte dos dispositivos que naturalizam a hierarquia racial e a construção de uma ordem social fundada na equidade, no reconhecimento das diferenças e na valorização da diversidade como princípio estruturante da convivência democrática (Bacelar, 2004).

2.1 PROCESSO CIVILIZADOR E DOMINAÇÃO SIMBÓLICA

A exclusão racial no Brasil não se manifesta apenas por meio de barreiras materiais, mas também se estrutura por processos simbólicos e subjetivos de dominação. O conceito de “processo civilizador”, formulado por Norbert Elias (2000), oferece uma chave interpretativa para compreender como determinadas condutas, normas e valores se naturalizam historicamente como padrões superiores de comportamento, ao mesmo tempo em que estigmatizam outras formas de existência, especialmente aquelas associadas às populações negras e indígenas.

A análise de Norbert Elias e John L. Scotson (2000) em "Os Estabelecidos e os Outsiders" demonstra como, mesmo em pequenas comunidades, relações de poder e estigmatização se estabelecem entre grupos com diferentes níveis de antiguidade e capital social. Os "estabelecidos", com sua história e tradições consolidadas, tendem a exercer dominação simbólica sobre os "outsiders", frequentemente associados a características negativas e mantidos à margem das estruturas de poder.

Essa dinâmica, observada em um contexto local na Inglaterra, oferece um paralelo interessante para a compreensão das relações raciais no Brasil, onde a população branca, historicamente estabelecida no poder, muitas vezes estigmatiza e marginaliza a população negra e indígena.

No contexto colonial brasileiro, a civilidade foi estabelecida a partir do referencial europeu, que posicionava o “homem branco” como detentor da racionalidade, da moralidade e da ordem, e os povos originários e africanos como sujeitos a serem “domesticados”.



Essa domesticação operou-se pela imposição de uma cultura dominante e pela negação das epistemologias e cosmologias próprias desses grupos, considerados atrasados ou perigosos. Elias (2000, p.24) observa que “o processo colonizador impôs a domesticação dos indígenas, pretos e pardos, que, mesmo após a abolição da escravidão, não se tornaram livres por completo”. A tutela estatal, as formas de trabalho subalterno e a exclusão dos espaços de poder revelam a persistência dessa lógica até os dias atuais.

A dominação simbólica é, portanto, uma das mais eficazes formas de controle social, pois atua diretamente na constituição das subjetividades.

O indivíduo, ao longo de sua vida, é interpelado por normas sociais que moldam sua forma de sentir, agir e se perceber no mundo. Elias (2000) afirma que “a identidade de cada indivíduo está inserida em um conjunto de relações sociais e associa-se a vários fatores interligados entre o indivíduo e a sociedade, cuja interferência é mútua e simbiótica, pois um não existe sem o outro”.

Essa interdependência entre indivíduo e sociedade faz com que as estruturas sociais operem na constituição da identidade, naturalizando desigualdades e internalizando hierarquias.

A formação identitária, portanto, não é um processo meramente biográfico, mas profundamente social e político. Como assinala Honorato (2021, p 6), “ao nascer, o indivíduo não depende exclusivamente de sua constituição natural, pois, para chegar à fase adulta, ele está sujeito a um processo de individualização”.

Esse processo de individualização, contudo, ocorre em contextos marcados por tensões, desigualdades e disputas de poder. A identidade negra, nesse cenário, se constitui em meio à desvalorização de referências culturais, à imposição de padrões brancos de beleza e comportamento e à ausência de reconhecimento institucional.

O processo civilizador atua de maneira invisível e contínua, moldando comportamentos por meio da interiorização de normas sociais que regulam emoções, gestos e falas. Como aponta Gebara (2009), por meio do autocontrole, na autorregulação, os indivíduos vão se diferenciando e se destacando, constituindo, desta maneira, a sua identidade, pois desde a infância ele é condicionado pelo outro a ter autocontrole em função das regulações (coerções) sociais.

A repressão de emoções consideradas indesejáveis, a contenção de afetos e a adaptação a modelos de conduta hegemônicos fazem parte de um processo que favorece os grupos dominantes e relega os demais à invisibilidade ou à marginalização.

O processo civilizador brasileiro, concebido sob a lógica eurocêntrica que orientou a formação do Estado e das instituições nacionais, estruturou-se de modo indissociável da dominação simbólica exercida sobre corpos racializados.

Essa dominação não operou apenas pela coerção direta, mas sobretudo pela imposição de normas culturais, valores morais e estéticas que elegeram o branco europeu como padrão civilizatório

e, simultaneamente, relegaram as culturas africanas e indígenas à marginalidade, ao silenciamento e à inferioridade.

Nesse contexto, o mito da democracia racial emerge como um dos dispositivos mais eficazes da dominação simbólica no Brasil. Essa narrativa, amplamente difundida a partir da década de 1930, promoveu a ideia de que a miscigenação teria gerado uma convivência harmoniosa entre brancos, negros e indígenas, apagando os conflitos raciais e mascarando os efeitos da escravidão e do racismo estrutural. A ideologia da mestiçagem foi mobilizada como instrumento retórico que ocultava a exclusão e justificava a ausência de políticas de reparação.

Conforme indicam diversos estudos, o mito da democracia racial funcionou como uma potente estratégia de manutenção do lugar social das populações racializadas e como um mecanismo de controle simbólico utilizado pelas elites para neutralizar a radicalização política e social da população negra.

Fernanda Telles Márques (2022), ao analisar a violência escolar sob a perspectiva do racismo estrutural, demonstra como o preconceito racial se manifesta de forma cotidiana e muitas vezes sutil no ambiente escolar, afetando a experiência e o desenvolvimento de jovens negros.

A etnografia realizada pela autora revela que a violência direcionada a esses estudantes não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo de um racismo que permeia as instituições e as relações sociais, marcando seus corpos e trajetórias "à flor da pele".

Articulada a essa lógica está a ideologia do branqueamento, que atravessou o pensamento social brasileiro no final do século XIX e início do século XX. Baseada na crença na superioridade biológica e cultural dos brancos, essa ideologia propunha o embranquecimento da população nacional por meio da miscigenação seletiva e da política de incentivo à imigração europeia.

Essa operação simbólica teve consequências profundas: a desvalorização dos traços físicos, da estética e da herança cultural negra, e a imposição da branquitude como modelo universal de humanidade, racionalidade e beleza.

Como apontam os estudos críticos sobre a branquitude, esse processo internalizou a percepção de que “tudo o que é referente ao negro recebe uma valoração negativa que se encontra naturalizada”, instaurando uma forma de violência simbólica persistente, na qual os próprios sujeitos negros podem vir a reproduzir estereótipos e inferiorizações socialmente construídas.

O pós-abolição brasileiro, marcado pela ausência de políticas públicas voltadas à integração da população negra, consolidou um modelo de exclusão sustentado por narrativas culpabilizantes.

A responsabilização da população negra por sua própria condição de marginalidade substituiu o reconhecimento das causas estruturais da desigualdade por um discurso meritocrático e racialmente enviesado.



A difusão da “ideologia da superioridade dos imigrantes”, especialmente nas primeiras décadas do século XX, reforçou esse quadro, desvalorizando a mão de obra nacional – majoritariamente negra – em prol da valorização simbólica e econômica dos imigrantes europeus.

Diego Nascimento De Oliveira et al. (2024) investigam o impacto do racismo estrutural nas oportunidades de educação e trabalho, evidenciando as desigualdades enfrentadas pelas populações negra e indígena no Brasil.

O estudo ressalta como o racismo se manifesta em normas e práticas institucionais que perpetuam a exclusão desses grupos em diversas esferas sociais, limitando seu acesso a direitos fundamentais e a uma participação plena na sociedade. Essa análise reforça a urgência de políticas públicas que visem a equidade racial e o combate ao racismo em suas múltiplas dimensões.

Ainda que pesquisas setoriais, como a que investigou a Cervejaria Brahma, não tenham identificado discriminação salarial explícita contra afrodescendentes naquele caso específico, o panorama estrutural revela um quadro persistente de desigualdade racial em múltiplas esferas, como o mercado de trabalho, a educação e o acesso à saúde.

A dominação simbólica manifesta-se nesses espaços por meio da naturalização da desigualdade, da perpetuação de estigmas e da reprodução de hierarquias raciais em práticas institucionais aparentemente neutras.

Roberta Gondim de Oliveira et al. (2020), ao analisarem as desigualdades raciais no contexto da pandemia de COVID-19, demonstram como o racismo estrutural se manifestou no aumento da vulnerabilidade e da mortalidade da população negra.

A pesquisa aponta para a profunda ancoragem da demarcação racial nas estruturas sociais brasileiras, influenciando as dinâmicas e os processos político-sociais e expondo a persistência de entraves históricos que continuam a inviabilizar vidas negras.

A dificuldade crônica de registro adequado do quesito raça/cor em indicadores sociais e sanitários constitui mais uma face dessa lógica excludente. A invisibilidade estatística imposta às populações negras não é um dado técnico, mas um sintoma de racismo institucional que impede a formulação de políticas públicas efetivas. A ausência de dados racializados é, ela própria, um mecanismo de apagamento político.

Apesar desse quadro, a resistência tem se consolidado por meio da atuação de movimentos sociais, da produção intelectual crítica e da difusão de práticas de letramento racial.

Esses esforços visam desnaturalizar as hierarquias raciais, desconstruir os mitos fundadores da desigualdade e promover a valorização das epistemologias e culturas afro-brasileiras como formas legítimas de conhecimento e existência. A luta pela visibilidade, pelo reconhecimento e pela justiça racial é também uma luta contra os dispositivos simbólicos que historicamente sustentaram a ordem racial brasileira.



Rafael de Abreu e Souza (2024), em sua análise arqueológica sobre o racismo à brasileira a partir da explosão da Ilha do Braço Forte, demonstra como a destruição, a criminalização e as genealogias negras se conectam na materialidade do racismo. Ao focar na trajetória de um guarda portuário negro, o autor ilumina as intrincadas relações entre racismo, capitalismo e os excessos da modernidade no Brasil, oferecendo uma perspectiva crítica sobre a persistência das desigualdades raciais.

A leitura do processo civilizador permite compreender que a exclusão racial não se dá apenas por omissão, mas também por ação contínua, presente nos dispositivos que regulam o reconhecimento e o pertencimento social. Essa compreensão é essencial para problematizar as formas de subjetivação racializadas que operam na sociedade brasileira e que mantêm a desigualdade como estrutura persistente. Essa análise será aprofundada na próxima seção, que aborda a construção da identidade negra em diálogo com a teoria das figurações sociais e com os mecanismos de estigmatização simbólica.

3 RACISMO ESTRUTURAL E EXCLUSÃO SIMBÓLICA: A IDENTIDADE NEGRA SOB A LENTE DAS RELAÇÕES DE PODER

A identidade da população negra no Brasil foi historicamente forjada em meio a processos de dominação, silenciamento e estigmatização que atravessam as estruturas sociais e institucionais desde o período colonial.

A escravidão, além de desumanizar juridicamente, produziu representações simbólicas que associaram o corpo negro à subalternidade, à periculosidade e à ignorância. Mesmo após a abolição formal da escravidão, essas representações foram mantidas e atualizadas por discursos científicos, religiosos e estatais, contribuindo para a consolidação de um modelo de sociedade baseado na hierarquização racial.

A construção da identidade, nesse contexto, não pode ser compreendida como um processo meramente individual. Trata-se de uma dinâmica relacional, que ocorre no entrelaçamento entre sujeitos e estruturas, entre experiências subjetivas e coerções sociais.

Norbert Elias (2000), ao tratar do processo civilizador, enfatiza que o desenvolvimento da identidade está ligado à internalização de normas e à formação de um autocontrole que reflete os valores socialmente dominantes. A identidade de cada sujeito, portanto, está imersa em um tecido social que orienta e restringe comportamentos, emoções e autoimagens.

A população negra, submetida historicamente à negação de sua humanidade plena, desenvolveu sua identidade em um cenário de permanente disputa simbólica. A convivência com estigmas reiterados pela mídia, pela escola, pelas instituições religiosas e jurídicas exige a constante negociação entre o que se é e o que se espera que se seja. Nesse processo, o sujeito negro é frequentemente impelido a

conformar-se aos padrões brancos de sociabilidade, estética e racionalidade como forma de garantir algum grau de aceitação e sobrevivência simbólica. Trata-se de um mecanismo de adaptação forçada que evidencia a força normativa da dominação racial.

Gebara (2009) observa que “por meio do autocontrole, na autorregulação, os indivíduos vão se diferenciando e se destacando, constituindo, desta maneira, a sua identidade, pois desde a infância ele é condicionado pelo outro a ter autocontrole em função das regulações (coerções) sociais”.

Esse processo não é neutro: ele está atravessado por relações assimétricas de poder, que delimitam quais identidades são reconhecidas, quais são toleradas e quais são excluídas. Assim, a subjetividade negra é permanentemente tensionada por um duplo movimento: de negação externa e de afirmação interna.

Essa ambivalência identitária é intensificada pela lógica da branquitude normativa, que se apresenta como invisível e universal, ao passo que racializa e particulariza tudo o que dela diverge.

Os traços fenotípicos negros, a linguagem corporal, os modos de vestir, os referenciais culturais afro-brasileiros são lidos, muitas vezes, como desvios da norma, como sinais de ameaça ou de desordem. Nesse quadro, o reconhecimento do sujeito negro é condicionado à sua assimilação parcial ou à sua exotização, produzindo, em ambos os casos, efeitos psíquicos e sociais profundos.

Honorato (2021, p.6) contribui ao afirmar que a construção identitária está vinculada a figurações sociais específicas, que configuram possibilidades e limites para o desenvolvimento da individualidade. “Ao nascer, o indivíduo não depende exclusivamente de sua constituição natural, pois, para chegar à fase adulta, ele está sujeito a um processo de individualização”.

Esse processo, no entanto, não se dá em abstrato: ele é sempre atravessado por desigualdades concretas de acesso, de representação e de pertencimento. No caso da população negra, essas desigualdades foram historicamente sustentadas por dispositivos legais e culturais que limitaram sua agência social.

Para compreender plenamente a constituição da identidade negra, é necessário considerar também os efeitos persistentes da colonialidade. Desenvolvido no campo da teoria decolonial, o conceito de colonialidade permite compreender como as estruturas de poder, os saberes e os modos de subjetivação instituídos durante o colonialismo seguem operando nas sociedades pós-coloniais. Não se trata de um resíduo histórico, mas de uma lógica ativa que organiza hierarquias raciais, epistemológicas e econômicas, sustentando o racismo como tecnologia de dominação.

A colonialidade produziu e naturalizou uma classificação racial global, na qual a branquitude europeia foi alçada à posição de superioridade civilizatória, ao passo que os corpos não brancos — indígenas, negros e mestiços — foram situados em posições subalternas. Essa hierarquia, longe de ser desfeita com a independência formal ou com a abolição da escravidão, segue orientando o acesso a recursos, direitos e reconhecimento. Ela também está na base de mitos nacionais como o da democracia



racial, que ao romantizar a miscigenação, apagou os conflitos raciais e interdito o reconhecimento das violências fundantes da sociedade brasileira.

O mito funcionou como discurso pacificador, que camuflou a exclusão estrutural sob a aparência de harmonia e ainda hoje dificulta o enfrentamento direto do racismo.

Articulado a esse imaginário encontra-se a ideologia do branqueamento, sustentada pela crença na superioridade da branquitude e pela desvalorização das características fenotípicas e culturais negras.

Essa ideologia impôs padrões estéticos eurocentrados, negou os corpos negros e legitimou práticas de assimilação forçada como estratégia de mobilidade social. Ao mesmo tempo, consolidou-se uma violência simbólica profunda, em que os sujeitos negros internalizam os valores da dominação, reproduzindo, muitas vezes, estereótipos e percepções negativas sobre si mesmos.

A colonialidade não se limita aos corpos ou aos imaginários, mas também opera sobre os saberes. A imposição de uma racionalidade ocidental como universal implicou a deslegitimação das epistemologias africanas e indígenas, promovendo um processo sistemático de epistemicídio que ainda estrutura as instituições educacionais, a produção científica e a política cultural.

O conhecimento negro, muitas vezes confinado ao campo da oralidade ou da religiosidade, foi sistematicamente desautorizado, enquanto os saberes brancos foram institucionalizados como critérios de verdade e competência.

No mercado de trabalho, a colonialidade se expressa na segmentação racial das funções, nos baixos salários, na informalidade e na invisibilidade dos sujeitos negros em espaços de comando.

Após a abolição, a ausência de políticas de reparação manteve a população negra em posições de vulnerabilidade econômica, enquanto os postos de maior prestígio simbólico e material seguiram sendo ocupados majoritariamente por brancos. Essa estrutura permanece em operação nas estatísticas contemporâneas, demonstrando a continuidade das desigualdades históricas.

Hildete Pereira de Melo et al. (2013), ao analisarem o mercado de trabalho carioca na Primeira República, no caso da Cervejaria Brahma, observam a complexidade das relações raciais e de nacionalidade no contexto da industrialização. Embora a pesquisa não tenha identificado discriminação salarial explícita naquele setor específico, ela evidencia como a mão de obra negra, majoritária no período pós-abolição, inseria-se em um cenário de disputa com a mão de obra imigrante, marcada por hierarquias raciais e pela valorização simbólica de certos grupos em detrimento de outros. Essa dinâmica certamente influenciou a construção da identidade dos trabalhadores negros naquele contexto.

A lógica colonial também se manifesta naquilo que Achille Mbembe denomina necropolítica — o poder de decidir quem pode viver e quem pode morrer. No Brasil, essa racionalidade se traduz na seletividade da letalidade policial, na negligência do sistema de saúde, na ausência de saneamento básico em territórios racializados e na indiferença institucional diante de mortes evitáveis. A

desvalorização da vida negra, nesse sentido, não é apenas retórica, mas opera materialmente, regulando o direito de existir com dignidade (Mbembe, 2016).

Esse quadro se sustenta em relações de poder historicamente constituídas, que continuam a organizar os modos de produção da desigualdade racial no Brasil. Essas relações não se restringem ao campo institucional, mas operam também no plano simbólico e subjetivo.

O racismo estrutural é a expressão mais visível dessa lógica, pois está entranhado nas formas como a sociedade distribui oportunidades, regula o pertencimento e atribui valor às vidas. A dominação simbólica, nesse processo, é um mecanismo silencioso e eficaz: ela impõe representações que legitimam a desigualdade e são naturalizadas pelos próprios sujeitos. O mito da democracia racial, a universalização da branquitude como ideal e a marginalização dos referenciais negros são formas de violência simbólica que ocultam os conflitos e inviabilizam o enfrentamento direto do racismo.

Nas instituições, essa dominação se expressa na configuração das práticas cotidianas. A escola, por exemplo, frequentemente reproduz o silenciamento das narrativas afro-brasileiras, deslegitima o saber ancestral negro e reforça o padrão branco como medida de excelência. O mesmo ocorre no mercado de trabalho, onde os sujeitos negros são sub-representados em cargos de liderança e super-representados em funções precarizadas. Trata-se de uma lógica de exclusão que opera por meio de critérios aparentemente neutros, mas marcados por uma profunda desigualdade de acesso ao poder.

Cintia Rodrigues de Oliveira et al.(2015), ao analisarem as relações de dominação simbólica em um processo de fusão de instituições financeiras, utilizando a perspectiva de Elias e Scotson, demonstram como grupos "outsiders" podem ser estigmatizados e marginalizados mesmo em contextos organizacionais contemporâneos. Embora não se trate diretamente de relações raciais, a dinâmica de estabelecimento de fronteiras simbólicas e a atribuição de características negativas a um grupo em detrimento de outro oferece um paralelo para a compreensão de como a identidade negra pode ser construída e percebida em relação ao grupo dominante branco na sociedade brasileira.

Apesar disso, as relações de poder não são estáticas nem imunes à resistência. A população negra brasileira tem construído, historicamente, formas de contestação e reinvenção. A emergência de movimentos sociais antirracistas, a valorização das epistemologias negras, as políticas de ação afirmativa e os processos de letramento racial são expressões de uma luta por reconhecimento e redistribuição. Esses movimentos não apenas denunciam as injustiças do presente, mas também propõem novos modos de existência, que desafiam a hegemonia racial e epistêmica consolidada.

Compreender a identidade negra exige, portanto, uma leitura complexa das relações de poder que a constituem e a atravessam. Trata-se de uma construção coletiva, histórica e política, que envolve disputas por visibilidade, dignidade e pertencimento. A análise que se segue, a partir da teoria das figurações de Elias, aprofundará essa reflexão ao tratar das dinâmicas de estigmatização e exclusão simbólica que organizam os espaços sociais no Brasil contemporâneo.

3.1 ESTIGMATIZAÇÃO E DOMINAÇÃO SIMBÓLICA: OS ESTABELECIDOS E OS OUTSIDERS NA REALIDADE BRASILEIRA

As estruturas de dominação racial no Brasil não operam apenas por meio da desigualdade material, mas são sustentadas por processos simbólicos que produzem e reproduzem lugares sociais desiguais. Esses processos envolvem a criação de fronteiras morais e afetivas que definem quem pertence e quem deve ser mantido à margem, atuando sobre os corpos, as identidades e as narrativas coletivas.

A estigmatização sistemática da população negra, associada a práticas históricas de exclusão e silenciamento, está no centro dessas dinâmicas. Para compreender como tais mecanismos se articulam e se perpetuam nas relações sociais, é necessário recorrer a categorias analíticas que revelem os modos sutis e persistentes de reprodução da desigualdade.

A partir da análise desenvolvida por Norbert Elias e John L. Scotson (2000) em *Os Estabelecidos e os Outsiders*, é possível acessar uma matriz interpretativa extremamente fecunda para compreender as dinâmicas de exclusão, estigmatização e desigualdade que atravessam a sociedade brasileira, sobretudo no campo das relações raciais.

Embora situado em uma pequena comunidade inglesa, o estudo evidencia como grupos socialmente consolidados — os “estabelecidos” — mantêm sua posição de prestígio e autoridade por meio da construção simbólica da inferioridade dos “outsiders”, grupo composto por recém-chegados, ainda sem coesão social ou capital simbólico.

Embora a análise de Elias e Scotson tenha como foco uma localidade específica, o modelo que propõem pode ser transposto para contextos mais amplos, como o da sociedade brasileira, marcada por um profundo histórico de hierarquização racial e exclusão sistemática.

A figura dos “estabelecidos” é ocupada, nesse caso, pelas elites brancas que, desde o período colonial, detêm o monopólio dos espaços de poder político, econômico e cultural. Já os “outsiders” correspondem à população negra, que, mesmo após a abolição da escravidão, continuou impedida de acessar plenamente os direitos de cidadania, permanecendo às margens das garantias sociais e da representação institucional.

O elemento central da dinâmica estabelecidos/outsiders é o estigma. Segundo Elias, a estigmatização não deriva de diferenças objetivas ou de capacidades reais, mas é produzida ativamente pelo grupo dominante, como forma de justificar e perpetuar a desigualdade.

O grupo estabelecido constrói uma imagem moral positiva de si mesmo — associada à ordem, à disciplina e à respeitabilidade — enquanto projeta sobre os outsiders atributos negativos, como a desorganização, a instabilidade e a imoralidade. Essa estratégia simbólica serve tanto para reforçar a coesão interna do grupo dominante quanto para legitimar a exclusão do outro.

Como afirmam os autores, “um grupo só pode estigmatizar outro de modo eficaz ao estar bem estabelecido em posições de poder que o possibilite estigmatizar aquele a quem tornara excluído/discriminado”(Elias; Scotson, 2000).

Um elemento essencial na análise dessas figurações é o papel do reconhecimento simbólico e da memória coletiva na construção de desigualdades. Como apontam Elias e Scotson(2002), os estabelecidos tendem a monopolizar a definição legítima da história local e das normas de conduta, silenciando as experiências dos outsiders.

Esse padrão se repete na sociedade brasileira, onde a história oficial frequentemente apaga as contribuições da população negra, reforçando uma narrativa monocultural. Conforme observa Oliveira et al.(2020), o mito da democracia racial, longe de representar uma superação do racismo, constitui uma sofisticada tecnologia de invisibilização da violência estrutural que afeta cotidianamente as vidas negras.

Essa lógica é facilmente identificável nas formas como a população negra é representada no imaginário social brasileiro. Estigmas de criminalidade, sexualização excessiva, desordem e incompetência são continuamente projetados sobre os corpos negros, seja nos meios de comunicação, nas escolas, nas instituições de segurança pública ou nas relações cotidianas.

Esses estigmas operam como dispositivos de controle, restringindo o acesso ao prestígio, ao reconhecimento e à mobilidade social. Como observa Moraes (2013) essa condição de hipervisibilidade negativa é o que caracteriza o processo de supervisibilidade: o corpo negro está sempre visível, mas sob um enquadramento distorcido, que o associa à ameaça e à transgressão.

A lógica de estigmatização que permeia as relações entre estabelecidos e outsiders também se manifesta no ambiente educacional. A pesquisa de Dantas(2020) evidencia como a escola reproduz práticas simbólicas que desvalorizam a identidade negra, promovendo o silenciamento de vozes dissidentes e a internalização da inferioridade por parte dos estudantes.

A autora mostra que, mesmo em instituições com maioria de alunos negros, a branquitude permanece como referência normativa, e o corpo negro é frequentemente alvo de controle, disciplinamento e negação. Esse processo reforça a dominação simbólica e compromete a construção de uma identidade negra positiva e crítica dentro do espaço escolar.

A dominação simbólica, nesse contexto, é exercida não apenas por meio da imposição direta de normas, mas também pela naturalização dessas representações sociais. Os estabelecidos não precisam recorrer à força física para manter sua posição; o fazem através da difusão de discursos, valores e expectativas que moldam o senso comum e internalizam a desigualdade como algo legítimo e esperado.



Trata-se de um poder que atua sobre as consciências, formando subjetividades e orientando práticas sem que, muitas vezes, seus efeitos sejam percebidos como violência. A força desse mecanismo está justamente em sua invisibilidade.

Na realidade brasileira, a estrutura racial é organizada a partir dessa mesma lógica de diferenciação moral. O acesso ao espaço urbano, ao sistema de justiça, ao mercado de trabalho e às políticas públicas é profundamente marcado por dispositivos de distinção simbólica que reiteram a posição de inferioridade dos sujeitos racializados.

O “cidadão padrão” — branco, heterossexual, de classe média — é tomado como universal, enquanto tudo o que dele difere precisa justificar sua presença, sua competência e sua legitimidade. A população negra, nesse processo, continua ocupando o lugar do outsider social, mesmo quando transita por espaços de prestígio ou ocupa posições de destaque.

Essas dinâmicas não se restringem aos espaços institucionais formais, mas atravessam também o cotidiano urbano. Souza(2024) ao reconstruir a trajetória de Antônio Luiz Aguapio, trabalhador negro da Ilha do Braço Forte, revela como a marginalização racial opera não apenas em discursos e imagens, mas também na materialidade das relações sociais. A criminalização dos corpos negros, a desvalorização de suas existências e o apagamento de suas histórias constituem o que o autor denomina de “arqueologia do racismo à brasileira”, em que ruínas e memórias silenciosas denunciam os excessos da modernidade capitalista e os rastros da colonialidade que ainda estruturam o presente.

A teoria das figurações proposta por Elias permite compreender que a exclusão não é estática, mas se constitui em redes de interdependência nas quais o poder se distribui de maneira relacional. Ainda que os outsiders sejam, em geral, os excluídos, sua presença é indispensável para a manutenção da identidade e da coesão do grupo dominante.

O “nós” dos estabelecidos só se define plenamente na oposição ao “eles” dos outsiders. Essa estrutura relacional revela que o racismo não é apenas um problema dos discriminados, mas uma engrenagem fundamental do modo como o grupo dominante se reconhece, se protege e se perpetua.

4 CONCLUSÃO

A análise das dinâmicas de exclusão racial no Brasil revela que o racismo não se expressa apenas por meio de práticas discriminatórias isoladas, mas está incorporado às estruturas institucionais, aos dispositivos simbólicos e às formas de sociabilidade que moldam o cotidiano.

A construção histórica da desigualdade racial, fundada na colonização, na escravidão e na posterior ausência de integração social efetiva, permanece operante nas relações sociais contemporâneas por meio da naturalização de estigmas, da manutenção de hierarquias e da invisibilização das violências que afetam a população negra.



Ao explorar os mecanismos de estigmatização e dominação simbólica, este estudo evidenciou como determinados grupos, historicamente aliados do poder, são sistematicamente desqualificados por meio de narrativas, normas e práticas que reproduzem sua condição de subalternidade.

A identidade negra, nesse processo, é atravessada por disputas simbólicas que envolvem o pertencimento, o reconhecimento e a legitimação social, frequentemente regulados por padrões brancos universalizados. A internalização dessas dinâmicas por parte dos sujeitos, bem como sua reprodução nos espaços institucionais, contribui para a persistência de um modelo social excludente.

Ao abordar criticamente a lógica de funcionamento do racismo estrutural e seus efeitos na constituição da identidade, este artigo contribui para o desvelamento das camadas mais sutis e persistentes da exclusão racial.

A compreensão dessas formas de dominação simbólica é indispensável para a formulação de políticas públicas que enfrentem não apenas as consequências materiais do racismo, mas também os modos como ele operam sobre a linguagem, a subjetividade e o imaginário coletivo.

Nesse sentido, a superação das desigualdades raciais exige, para além da transformação institucional, uma revisão profunda das bases simbólicas que sustentam a sociedade brasileira.



REFERÊNCIAS

BACELAR, J. Resenha de “Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil” de Livio Sansone. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9, n. 55, p. 177–180, jun. 2004.

CASSEB, N. G. O mito da democracia racial: cem anos de pensamento social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2010.

DANTAS, D. N. M. [UNESP. A construção da identidade negra na escola: dialogando com o ensino de sociologia. 30 abr. 2020.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FERNANDES, F. A Integração Do Negro Na Sociedade De Classes. 2. ed. São Paulo: Ática, 1972.

GEBARA, I. O que é bom para mim?: abordagens filosóficas e religiosas sobre o bem viver. São Paulo: Editora Gente, 2009.

HONORATO, T. PROCESSOS CIVILIZADORES E CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS SOCIAIS. Anais do 8o SIMPÓSIO PROCESSO CIVILIZADOR, HISTÓRIA E. EDUCAÇÃO, 2021.

MÁRQUES, F. T. À flor da pele: quando uma etnografia da violência escolar encontra o racismo estrutural brasileiro. *Revista de estudios y experiencias en educación*, v. 21, n. 46, p. 171–189, 2 ago. 2022.

MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

MELO, H. P. DE; ARAÚJO, J. L. DE; MARQUES, T. C. DE N. Teresa Cristina de Novaes. Raça e Nacionalidade no Mercado de Trabalho Carioca na Primeira República: O Caso da Cervejaria Brahma. *Série Estudos*, n. 372, p. 1–35, jun. 2013.

MORAES, L. E. DE. O negro no mercado de trabalho do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

OLIVEIRA, D. N. D. et al. Desigualdade Racial E Discriminação O Impacto Do Racismo Estrutural Nas Oportunidades De Educação E Trabalho. *IOSR Journal of Business and Management (IOSR-JBM)*, v. 26, n. 11, p. 51–59, 16 nov. 2024.

OLIVEIRA, C. R. DE et al. RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO SIMBÓLICA: ESTABELECIDOS E OS OUTSIDERS NO PROCESSO DE FUSÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. *Gestão & Planejamento - G&P*, v. 16, n. 1, 14 abr. 2015.

OLIVEIRA, R. G. DE et al. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. e00150120, 18 set. 2020.

RODRIGUES, N. Os Africanos no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SILVA, M. A. A invenção do ser negro: um percurso das categorias raça e cor nos censos demográficos brasileiros (1872-2000). Rio de Janeiro: Pallas, 2007.



SIQUEIRA, D. E.; ATIQUE, F. A cor da pele como fator de desigualdade social no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, v. 10, n. 2, p. 153–170, 2010.

SOUZA, R. DE A. E. Destruição, genealogias negras e materialidade do racismo à brasileira a partir da explosão da Ilha do Braço Forte, março de 1954. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 1, p. 8–29, 31 jan. 2024.